



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Trabalho, Questão Social e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

### REFLEXÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

LIANA FRANÇA DOURADO BARRADAS <sup>1</sup>

**RESUMO:** esboça-se a discussão mais atual sobre a reestruturação produtiva desenvolvida como resposta à crise estrutural do capital focando principalmente nas reconfigurações que a divisão social do trabalho adquire. De forma introdutória, faz-se uma reconstituição do debate teórico, elencando alguns autores que influenciaram nas reflexões sobre a reestruturação produtiva predominantemente desencadeada no toyotismo. Por fim, busca-se atualizar o debate sobre a reestruturação produtiva contemporânea no âmbito da *Revolução 4.0* e as consequências ainda em desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Crise. Reestruturação Produtiva

**RESUMEN:** se esboza la discusión más actual sobre la reestructuración productiva desarrollada como respuesta a la crisis estructural del capital, centrándose principalmente en las reconfiguraciones que adquiere la división social del trabajo. De manera introductoria, se hace una reconstitución del debate teórico, enumerando algunos autores que influyeron en las reflexiones sobre la reestructuración productiva desencadenada predominantemente por el toyotismo.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Pernambuco

Finalmente, buscamos actualizar el debate sobre la reestructuración productiva contemporánea en el marco de la *Revolución 4.0* y las consecuencias aún en desarrollo.

**PALABRAS CLAVES:** Trabajo. Crisis. Reestructuración Productiva.

## I. INTRODUÇÃO

Partindo do debate atual acerca da crise estrutural do capital e os profundos problemas que dela decorrem, este artigo buscará demonstrar os argumentos postos pelos principais autores que tratam dessa questão, a partir dos pressupostos marxianos que analisam criticamente o quadro sócio-histórico atual. Referenciamos na análise de István Mészáros sobre a crise estrutural do capital desencadeada no início de 1970 em escala mundial. Tentamos resgatar as principais características do movimento do sistema do capital, como forma de elucidar os elementos constitutivos que desencadearam uma crise de caráter ineditamente estrutural e os seus rebatimentos para as mudanças nas relações sociais de produção focando na reestruturação dos padrões produtivos.

## II. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL

O desenvolvimento do capitalismo é marcadamente atravessado por mudanças nas relações de produção devido ao incessante objetivo de acumulação expansiva, incessante e sempre crescente de capital.

O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor, é comum ao

capitalista [...]. (MARX, 1983, p. 129-130).

No entanto, as contradições imanentes a esta forma de sociabilidade impede que o desenvolvimento das forças produtivas esteja articulado positivamente com o desenvolvimento das capacidades humanas. A contradição essencial entre o capital e o trabalho fundada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem gera conflitos e desencadeiam novos padrões de acumulação demandados pela taxa de acumulação que deve ser crescente. Almejando a manutenção do exaustivo crescimento da taxa de acumulação, o sistema capitalista vem passando historicamente por notáveis transformações societárias, principalmente nos marcos do capital monopolista, no qual tem-se a vigência dos padrões fordista e toyotista.

O fordismo proporcionou o momento “áureo” da acumulação capitalista que se deu através da elevação da Composição Orgânica do Capital, na qual desencadeou uma ascensão na expansão econômica, aumento dos salários e em consequência disso, a taxa geral média de lucro entrou em queda. Este decréscimo foi temporariamente “amortecido” por algumas “tendências” ou “alternativas” no âmbito do próprio processo de produção capitalista. Contudo, essas ações “paliativas” ou temporárias para a tendência da queda da taxa de lucro não se sustentou, esgotando dessa forma, a taxa de lucro que novamente decresceu gerando uma crise de superprodução.

A esfera do ciclo de acumulação do capital perpassa pela produção-circulação-consumo. Quando esse ciclo não se completa, o capitalismo entra em crise. Com o desenvolvimento das forças produtivas houve a valorização do capital constante, ou seja, a automatização, robotização e informatização da produção desencadearam um grande contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados, ou como Marx denominou: aumentou o “exército industrial de reserva”.

De modo que, atualmente é perceptível o privilégio da sociedade capitalista, na qual adquiriu certa condição “independente” com relação à classe trabalhadora, e que mesmo com grandes guerras, ou morte desses trabalhadores, não afeta diretamente a produção e, portanto, a acumulação. A geração de trabalho excedente como fonte da produção de mais-valia convertida em capital-dinheiro deve retornar à esfera do capital-produtivo, mas isso não acontece. Com isso, o capital-dinheiro que deveria se converter em capital-produtivo, este que cria e reproduz o valor, é transferido para a esfera financeira, gerando a crise financeira. Desde inícios da década de setenta, não houve retomada do crescimento da taxa média de lucro, apontando a veracidade do caráter estrutural da crise. Nesse sentido, a

crise de superprodução aliada à crise financeira produziu uma crise de longa duração, estrutural e profunda deste sistema.

O capital neste processo demandou de forma intensa uma nova forma de reorganização das relações de produção, a reestruturação produtiva e um Estado de política neoliberal. Durante o fordismo, a indústria se organizava de forma vertical, pois ela era responsável pela produção de todas as peças automobilística. Em meados da década de 1950 durante o período pós-guerra, o Japão reconfigura o modelo fordista adequando-o às suas especificidades locais e reais: intensificou o desenvolvimento tecnológico e científico, impediu entrada de produtos estrangeiros, e racionalizou a produção de autopeças, ou seja, criou os “famosos” métodos flexíveis da produção, o *just - in- time* ou, toyotismo.

Percebe-se também que a indústria se organiza de forma horizontal, isto é, há uma empresa – núcleo, e a fabricação de autopeças é distribuída e dividida em várias empresas. Nota-se a exploração e intensificação do trabalho tanto através da mais-valia relativa, quanto absoluta, assim,

Todas as virtudes atribuídas ao 'toyotismo' dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito da organização sindical” (CHESNAIS, 1996, p. 17).

É nesse contexto de reestruturação produtiva e crise estrutural do capital, que Marilda Iamamoto analisa o Serviço Social na contemporaneidade colocando a necessidade da requalificação do Assistente Social diante das demandas profissionais e sociais atuais. Iamamoto parte dos pressupostos de que para tal requalificação do profissional do Serviço Social demandada pelo mercado de trabalho deve-se romper com as análises endógenas, o tecnicismo-burocratismo e messianismo que permeiam a profissão. Além disso, deve-se recuperar as forças teóricas acumuladas a partir da década de 80,

[...] para enfrentar esses desafios, trabalhando especificamente o *processo de trabalho em que se insere o Assistente Social* — ou seja, a prática do Serviço Social — e as *alternativas ético-políticas que se colocam hoje ao exercício e à formação profissional crítica e competente*. Iamamoto (1998, p. 19).

O período de redemocratização em meados da década de 70 e 80, na sociedade brasileira, demarcou grandes modificações tanto nas diretrizes que norteiam a formação

profissional, quanto na orientação ética da prática profissional. Tais modificações expressam a renovação profissional a partir do questionamento ao conservadorismo, emergindo uma “intenção de ruptura ao conservadorismo”.

É nesse contexto, segundo Brites e Sales (2000) que a categoria profissional busca se sindicalizar em articulação com a luta dos trabalhadores, opostamente aos princípios valorativos do Documento de 1947, os Códigos de Ética de 1965 e 1975, culminando no “Congresso da Virada em 1979”, que vivificava a luta dos assistentes sociais por mudanças e intervenções políticas no curso da sociedade brasileira.

Um outro pressuposto notadamente polêmico posto por Iamamoto (1998, p. 22) é

(...) entender a profissão hoje como um tipo de trabalho na sociedade. Há muito tempo, desde os anos 1980, vem-se afirmando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. Ora, essa afirmativa não é sem consequências. As mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho.

Ou seja, diante das mudanças nas relações de produção, e o contexto de profunda crise estrutural do sistema capitalista, há a necessidade de requalificação dos profissionais para intervirem nas expressões da questão social diante de seu agravamento e o entendimento desses profissionais enquanto trabalhadores para o enfrentamento dos desafios postos pela conjuntura sócio-histórica.

## **II. MUDANÇAS NA ESFERA DOS PADRÕES PRODUTIVOS**

As mudanças nas relações de produção contemporâneas, demandadas desde a explosão da crise do petróleo e da configuração do caráter estrutural da crise do capital configuram um cenário bastante complexo, no qual muitos autores, em suas análises, não vêm conseguindo ultrapassar a esfera fenomênica e se deixam contagiar pela imediatividade dos fenômenos em curso. Por outro lado, alguns autores vêm resgatando, não de maneira uniforme ou linear, as categorias fundamentais que a teoria marxiana desvelou para compreender a essência do modo de produção capitalista, confirmando a sua

atualidade e importância para compreensão crítica e radical do mundo ainda nos dias de hoje. A discussão que se acirrou desde a década de 1950 sobre a categoria trabalho, relações de produção, trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo, trabalho improdutivo e trabalhador coletivo etc., expressa que tais mudanças acarretaram consequências e aspectos os mais diversos para o proletariado e para a classe trabalhadora e seu projeto de transformação societário. No âmbito da divisão do trabalho a nível mundial, em nível territorial, há a intensificação da divisão internacional do trabalho, com o deslocamento e movimento intenso da produção para diversos países e locais mais remotos em escala planetária.

A crise que acentuou a conjugação de diversos aspectos sociais, políticos e econômicos que levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela “incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava” (ANTUNES, 2005, p. 29).

Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a *crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da “política de consenso” há bem mais de duas décadas. O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições *políticas*; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral. (MÉSZÁROS, 2006, p. 800, grifos do autor).

Há a ampliação da divisão internacional do trabalho em escala nunca antes vista nos ramos industriais e em seu interior. Ainda a respeito desta questão, Chesnais (1996, p. 34), aponta tendências importantes que podiam ser verificadas desde o início do século XX:

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados e distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980 [...].

A expansão do capital “mundializado” tem se caracterizado por uma constante destrutividade, tanto das mercadorias quanto da própria força de trabalho. As mercadorias tornam-se cada vez mais autodestrutivas como forma de atender às exigências da expansão do capital através da reativação da produção. Para Mézáros,

[...] a “globalização” (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída [...] na ordem de poder do capital global. (2006, p. 111).

A “globalização” ou “mundialização” ao se revelarem como uma fase do imperialismo de integração e liberalização das relações capitalistas se apresenta como novas expressões da configuração da divisão internacional do trabalho. A mundialização do capital representa nesse sentido, dois movimentos que se articulam, mas que são distintos: a “longa onda de acumulação do capital” e a liberalização das relações de mercado, as quais se desenvolvem com o objetivo de expandir a dominação dos grandes monopólios aos Estados nacionais que representavam e que ainda representam interesse mercadológico para o capital, no âmbito da confirmação do movimento do *desenvolvimento desigual e combinado* do sistema do capital.

Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-los. Essa característica da incontrolabilidade era de fato um dos fatores mais importantes a garantir o avanço irresistível do capital e sua vitória final, que ele conseguiu realizar, apesar do fato já mencionado de que o modo de controle metabólico do capital constituiu a exceção, e não a regra, na história. (MÉSZÁROS, 2006, p. 100, grifos do autor).

“O sistema Toyota de produção revelou “claramente o excesso de trabalhadores”. Ohno (1997, p. 41) descreve a necessidade de introdução do sistema *Kanban* para “aprimorar” os preceitos de eliminação do desperdício e aproveitamento total da execução do trabalho. Residem em exposição de folhas de pagamentos dos trabalhadores, informações sobre as peças necessárias diante das demandas da produção racionalizadas pelo *just-in-time* como forma de “revelar”, “informar” e “ensinar” que os “trabalhadores devam compreender a importância das reformulações na produção”.

[

[...] os dois pilares do Sistema Toyota de Produção são o *just-in-time* e a automação com toque humano, ou autonomia. A ferramenta utilizada para operar o sistema é o *Kanban*, uma ideia que tirei dos supermercados americanos (Placas informativas). [...] Um supermercado é onde um cliente pode obter (1) o que é necessário, (2) no momento em que é necessário, (3) na quantidade necessária. (OHNO, 1997, p. 44-45).

Kumar (1997, p.60) apresenta outros autores pós-fordistas que apontam para um movimento de “desindustrialização” e, ao mesmo tempo, uma descentralização geográfica e espacial da produção ao afirmarem que “a cultura do pós-modernismo substitui a do modernismo” (LASH; URRY, *apud* KUMAR, 1997, p. 61). De acordo com Kumar (1997, p. 61), “a principal novidade segundo Lash e Urry, é o desaparecimento – para sempre? – do (suposto) projeto da classe trabalhadora de reformular a história.” Para Kumar (1997, p. 61), Lash e Urry não pretendiam dizer “adeus ao proletariado”, como alguns autores o fizeram, mas desejavam enaltecer a perspectiva de “um futuro de diferentes segmentos da classe trabalhadora que congregariam forças juntamente com segmentos da classe de serviços” com a emergência de novos movimentos sociais que expressariam diversas reivindicações, porém “não os interesses das lutas de classes”.

Já para os teóricos dos “Novos Tempos”, as mudanças pelas quais o capitalismo moderno passa implica na emergência de uma nova classe de serviço, e novos patamares de produção admitindo-se que há uma crise do fordismo, a predominância do desenvolvimento eletrônico, tecnológico e informacional que abrangem todos os aspectos sociais, políticos, econômicos, cultural e comportamental. (KUMAR, 1997, p. 62-63). Destaca ainda que para os críticos do pós-fordismo, como Clarke (1990), não há uma relação de oposição entre “produção em massa e especialização flexível”, havendo uma concomitância entre os dois métodos como uma revitalização constante do fordismo. Assim, “o que Henry Ford implantou de fato foi a flexibilidade na produção em massa, abrindo caminho para o dinamismo tecnológico.” (KUMAR, 1997, p. 72).

De acordo com Wood (*Apud*, Kumar, 1997, p. 75), o Japão aplica a desintegração vertical com a produção em massa, administrando os problemas associados com a organização taylorista do trabalho como, por exemplo, a inserção do trabalhador nos círculos de controle de qualidade, o paternalismo empresarial, havendo, deste modo, a inversão de muitos aspectos do taylorismo, “mas não necessariamente os princípios fundamentais do fordismo.”

Kumar (1997, p. 39) destaca alguns autores que afirmam que à medida que a microeletrônica continuar seus avanços poderá gerar altos escalões de funcionários no ramo de planejamento, executivos especializados e numerosos funcionários de escritório e operadores na base, bem como na indústria de transformação criará planejadores e projetistas especializados e operadores de máquina e manutenção na base. O autor (1997, p. 39) cita que em geral, os novos postos de trabalho gerados nos Estados Unidos entre os

anos de 1973 e 1980. Nas áreas de serviços, tarefas rotineiras de escritório ligadas à informação e que tinham como características terem níveis salariais baixos, em regimes temporários e sem perspectiva de planos de carreira, gerou insegurança com a instabilidade no trabalho. Bell, Masuda e Stonier afirmam que a sociedade de informação representa o progresso de um futuro próspero.

Todavia, outros autores, de acordo com Kumar (Idem, p. 44), assim como Traber (1986), que se contrapõe aos "entusiastas da sociedade de informação", afirmam que o desenvolvimento desses progressos informacionais não foi expandido para todos, mas apenas "para as elites econômicas e políticas", pois estas almejavam expandir seu poder e aumentar os lucros das empresas capitalistas em âmbito global.

De acordo com Kumar (1997, p. 49), "s teóricos da sociedade de informação "tendem a dar um enfoque otimista sobre as inovações tecnológicas e enfatizam as forças de produção". Já os teóricos do pós-fordismo, segundo Kumar, enfatizam as relações de produção. Ao analisar o fenômeno da "Terceira Itália", onde se desenvolviam pequenas empresas nos anos de 1970 e 1980, o autor propõe fornecer os principais elementos da teoria pós-fordista e dos principais teóricos desta corrente.

A produção, nesta região da Itália, se destacou por ter como características a "descentralização produtiva e a integração social" (BRUSCO, *apud*, KUMAR, 1997, p. 50). Havia um "clima de ajuda mútua, e era fácil passar de artesão para empresário." Além disso, havia uma colaboração constante entre projetistas, artesãos, operários, empresários. "Em conjunto com o pequeno tamanho das empresas, essa situação era propícia a uma divisão flexível do trabalho [que] nivelava as hierarquias dentro da fábrica" (KUMAR, 1997, p. 50-51).

O que se notava era que a concepção e a execução rigidamente separadas no padrão produtivo fordista-taylorista, estavam em grande parte da produção reunidas. Um "acordo social figurava uma relação de reciprocidade entre empregados e empregadores e cada vez mais a integração vertical das empresas era baixo" (KUMAR, 1997, p. 51).

Além disso, Kumar (1997 p. 196-197) destaca que as análises pós-industrialistas relacionam-se com o destino do marxismo, principalmente no marco de 1989, com a ruína do comunismo ao ser derrotado pelo capitalismo, e a impossibilidade colocada para o ocidente de realização de um "projeto emancipador do marxismo". A globalização do capital constitui um aspecto importante da atualidade e, segundo o autor (1997, p. 196-197), "expressa um espaço global abstrato homogêneo em contraposição às instituições tradicionais e antigas como partidos políticos e sindicatos". Há o "declínio da política de

classe” que cede lugar aos “novos movimentos sociais”, que representam as lutas específicas da diversidade, e pluralidade combinada à uniformidade. Há o culto de uma “identidade local, relativa, eclética, plural, anti-sindical em paralelo a uma gestão paternalista do trabalho.”

### III. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COMO RESPOSTA À CRISE ESTRUTURAL

O sistema do capital vem enfrentando uma crise estrutural que coloca em risco tanto a humanidade como o planeta, diante da dificuldade de reprodução e expansão de sua lógica imanente. As discussões contemporâneas sobre as relações de produção e a categoria trabalho vêm se desdobrando, ao longo dos anos finais do século XX e início do XXI, em intensos debates e estudos no conjunto das Ciências Humanas e Sociais. Inúmeras soluções ao enfrentamento da crise estrutural vêm emergindo, desde o reordenamento da atuação do Estado por políticas neoliberais até o desenvolvimento da *reestruturação produtiva*. Vale ressaltar que não será o foco desse artigo aprofundar as análises sobre as medidas de contenção da crise em todas as esferas do sistema, mas apenas destacar as principais consequências da reestruturação sobre o processo produtivo, dando ênfase ao desenvolvimento da divisão do trabalho.

Na discussão contemporânea, sobre a crise iniciada nos anos de 1970, alguns autores defendem a tese de que os impactos das mudanças econômicas, políticas e sociais presentes nessa época histórica, geraram ao mesmo tempo profundas transformações na categoria *trabalho*, bem como teriam *alterado a divisão social do trabalho*. As ações “paliativas” ou temporárias que surgiram para conter a queda tendencial da taxa de lucro não se sustentaram, expressando a impossibilidade de o crescimento da acumulação e da taxa de lucro ser retomado, gerando uma crise de superprodução. De acordo com Mézáros (2006), no contexto de “crise profunda e estrutural” do capital, emergem alternativas *impossíveis de serem resolvidas com sucesso no interior do próprio sistema do capital*.

Emerge o debate, como veremos adiante, entre afirmações e teses de que se estaria numa transição para um novo padrão produtivo, tendo tido a ruptura e esgotamento do *fordismo* e a emergência do *toyotismo*, ou mesmo que a sociedade estaria vivenciando “a emergência de novas relações sociais isentas da constituição de classes sociais”. Nota-se que os impactos da reestruturação produtiva com a flexibilização da organização e produção trouxeram à tona teses as mais distintas que afirmam que vivenciamos profundas transformações e que estas alteraram a própria natureza do trabalho. Nesse sentido,

reafirmamos que não será aprofundado o debate sobre tais mudanças, porém, esboçaremos, de forma introdutória, os principais elementos dessa discussão com o intuito de contribuir para a análise da *divisão do trabalho* contemporânea, imprescindível para a realização da crítica revolucionária da sociedade burguesa do presente e as possíveis reflexões sobre o futuro.

Destacamos que a divisão do trabalho, apesar de se complexificar ao longo do desenvolvimento capitalista, vem expressando essencialmente uma articulação imanente com a intensa taxa de exploração do trabalho e com o controle e a dominação do trabalho pelo capital. Sobre a função social da divisão do trabalho relembramos que desde a fase de monografia de graduação concentramos os estudos nas características de comando e controle da divisão do trabalho capitalista e na dissertação de mestrado aprofundamos a partir de Marx a especificidade da gênese da divisão do trabalho capitalista analisando o capitalismo na fase industrial-concorrencial. Buscou-se investigar as distintas formas de manifestação da divisão do trabalho e a sua processualidade, tentando apreender como a relação articulada entre a divisão do trabalho e o controle hierárquico se mantém ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, até os dias atuais.

Vale salientar que o taylorismo-fordismo alcançou de forma exitosa o limite das resistências corpóreas humanas provenientes do sucesso da extração da mais-valia relativa. A velocidade imposta pelo controle da esteira rolante e a consolidação da organização hierárquica do trabalho fizeram do padrão fordista de produção o modelo organizacional que controlava “cientificamente”, através de métodos quantificados a intensidade crescente da exploração do trabalho. Segundo João Bernardo (2004, p. 77), sobre a divisão do trabalho durante o *fordismo*, de modo geral, “[...] pode concluir-se que é impossível levar mais longe a divisão dos gestos de cada operário nos seus componentes elementares.”

O próprio Ohno esclarece a importância de se entender completamente que a produção e a redução da força de trabalho são crucial ao sistema toyotista, porque “excesso de trabalhadores e máquinas são gastos e nada custam” (1997, p. 72-73).

#### **IV. CONCLUSÃO: reflexões sobre o desenvolvimento das forças produtivas na contemporaneidade**

No século XXI vivencia-se o desenvolvimento das denominadas inovações da

Indústria 4.0 a nível mundial. Pode-se identificar em escala global mudanças sistemáticas e profundas nas relações trabalhistas e no desenvolvimento intenso das forças produtivas nos padrões produtivos na esfera industrial e no âmbito das demais esferas da reprodução social. As inovações são perceptíveis e fazem parte do cotidiano doméstico, cultural, informacional, profissional, em centros tecnológicos como exemplo: o Vale do Silício nos EUA, ou nos bairros periféricos de diversas cidades do Brasil. Os denominados “disruptores, onipresentes”, aplicativos de serviços, transportes, comércio, comunicação, inteligência artificial IA, sistemas de produção e serviços automatizados, “internet das coisas IoT”, robótica, nanotecnologia e etc., de acordo com Schwab (2016), são expressões dessa quarta revolução industrial, Indústria 4.0 ou “economia compartilhada.”

O século XXI é marcado pela introdução de aprimoramento tecnológico e aprofundamento expansivo das forças produtivas consideradas inéditas e *de ponta* em diversos âmbitos da sociedade, sejam na produção, distribuição/consumo e serviços. As plataformas virtuais passam a integrar uma rede de informações nos setores de serviços e do setor comercial fazendo com que diversos trabalhadores assalariados se vejam empregados a grandes conglomerados controlados por aplicativos e softwares de marcas e empresas multinacionais. Os monopólios físicos passam a se tornar gradativamente grandes monopólios que são operacionalizados de forma virtual, mundial, onipresente e que adotam novas formas de controle, fiscalização, gestão e desenvolvimento do trabalho intelectual. A produção e organização da Indústria 4.0 através da conectividade do planejamento através da Internet das Coisas integra as esferas produtivas e reprodutivas em tempo real de execução e controle em escala planetária nunca vivenciadas na história capitalista recente.

Os serviços passam também a ser organizados e geridos por plataformas monopólicas a nível internacional, como é o caso da empresa de transportes por aplicativos. Apesar das relações trabalhistas serem extremamente precarizadas por essas grandes empresas, há o fenômeno da difusão do mito do empreendedorismo que faz desses colaboradores do modelo produtivo toyotista que já apresentavam dificuldades de reconhecimento como trabalhadores a dificultar ainda mais este reconhecimento como trabalhadores e assalariados. Por exemplo, os entregadores de aplicativos pertencem a esta parcela de trabalhadores precarizados que não são reconhecidos e muitas vezes não se identificam como trabalhadores e nem possuem contratos formais de trabalho. Esses trabalhadores denominados de *empreendedores*, que trabalham por conta própria e não possuem patrões, não possuem renda fixa estipulada em contratos formais, não possuem

regulamentações ou direitos trabalhistas que formalizem suas profissões.

A particularidade do capitalismo brasileiro que se baseia na superexploração da força de trabalho para tentar compensar a diferença entre os preços de mercado e o valor da produção impõe à classe trabalhadora diversos mecanismos de extração e expropriação dos valores produzidos. Apresentamos os três mecanismos pontuados por Marini e percebemos que eles têm sido apresentados de maneira cruel durante a pandemia da covid-19. Observamos jornadas de trabalho de mais de 10 horas diárias; trabalhadores sem equipamentos de proteção individual; trabalhadores que contraíram o coronavírus e, ao pararem suas atividades sem proteção trabalhista, perderam as condições de manutenção da vida; enfim, trabalhadores que são sugados pelo vampiro-capital e têm seu fundo de consumo/vida convertido em fundo de acumulação de capital. (AUTORES, 2020, p. 179)

São *empreendedores* que devem custear seus equipamentos e instrumentos de trabalho e suas respectivas manutenções. Nos seus ambientes de trabalho: nas ruas ao realizarem as entregas não possuem ambiente estruturados de trabalho, descanso e mesmo banheiros para uso elementar.

As novas configurações apresentadas pelo desenvolvimento intenso da organização das forças produtivas da Indústria 4.0 através da conexão da internet colocam os níveis de produção e controle em tempo real. As funções sociais desempenhadas pelo trabalho intelectual passam a um novo reordenamento e reestruturação a partir de um patamar de “eficiência da produção impensável até pouco tempo atrás.” (SILVA, 2019 p. 95). Márcia Silva (2019, p. 98) traça um quadro comparativo entre as quatro eras das revoluções industriais seus saltos tecnológicos e as distintas exigências da classe trabalhadora pode ser observada de acordo com o progresso do desenvolvimento das forças produtivas. A maquinaria robótica e gerida pelo controle humano através dos softwares e rede de aplicativos condiciona novas formas organizativas e de gerência/controle exercidas pelo trabalho intelectual. A demanda por trabalho técnico especializado inerente do trabalho intelectual difundido em círculos de controles de qualidade passa a ser suprida por “[...] startups, mais ágeis que as grandes empresas, capazes de reunir pessoas com boa formação técnica e capacidade de se atualizar continuamente na sua profissão.” (SILVA, 2019, p. 101).

## V. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. SP, 7ª reimpressão. Boitempo editorial, 2005.

(Autores). *A superexploração dos trabalhadores de aplicativo*. In: SANTOS NETO. Artur Bispo dos, FERNANDES. Elaine Nunes Silva, CORONAVÍRUS E CRISE DO CAPITAL: impactos aos trabalhadores e à natureza. [Recurso digital] / Artur Bispo dos Santos Neto, Elaine Nunes Silva Fernandes (Orgs.). – Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

BARAN, A. Paul; SWEEZY, M. Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BRITES, C. e SALES, M. *Ética e Práxis Profissional*. Brasília; CFESS, 2000.

CARVALHO, Edmilson. *A Crise Estrutural do Capital*. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n. 3, p. 19-35. Dezembro de 2002.

CARVALHO, Ruy. *Tecnologia e Trabalho Industrial: as implicações sociais da automação e da microeletrônica na indústria automobilística*. Porto Alegre, LP&M, 1987.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*, São Paulo, Editora Xamã, 1996.

DIEESE. *Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Acesso em: 01 Jul. 2020.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

LESSA, Sergio. *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 5ª Edição, São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - SP: Abril Cultural, (Os economistas). Livro I, v. I, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - SP: Abril Cultural. Livro I, v. II, 1984.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital - rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Poder da Ideologia*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

Nações Unidas (ONU). *Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global*. <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722> . Acesso em: 08 Jul. 2022.

OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre, Bookman, 1997.

SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.

SILVA, M. *Organização e trabalho 4.0* ; In: SACOMANO, J.; GONÇALVES, R.; SILVA, M.; BONILLA, S.; SÁTYRO, W. *Indústria 4.0: conceitos e fundamentos*. SP, Editora Edgard Blucher, 2019.

SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. 2 ed. SP. Nova Cultural, 1986.